



## OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPINAS

### Estudo Temático:

Desigualdade de Raça e Gênero no Mercado de Trabalho Formal na  
Região Metropolitana de Campinas

**NOVEMBRO DE 2009**

---

*Termo de Contrato N.º. 65/2009*

2009

**DI-ESE**  
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS**

**EXPEDIENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E RENDA**

**Prefeito**

Hélio de Oliveira Santos

**Secretário Municipal de Trabalho e Renda**

Sebastião Arcanjo

**Observatório do Trabalho**

Coordenador: Josias Favacho

Assessor: Laerte Martins

# **EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE**

## **Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico  
Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento  
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais  
Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas  
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação  
Cláudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

## **Coordenação Geral do Projeto**

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento  
Angela Maria Schwengber – Supervisora dos Observatórios do Trabalho  
Adriana Jungbluth – Técnica Responsável

## **Equipe Executora**

DIEESE

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900  
Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)  
<http://www.dieese.org.br>

**SUMÁRIO**

APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. ANÁLISE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E DOS TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO GÊNERO E RAÇA	10
2.1 ANÁLISE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E DOS TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO GÊNERO	10
2.2 ANÁLISE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E DOS TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO RAÇA	12
3. PERFIL DOS TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO GÊNERO E RAÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	16
3.1 PERFIL DOS TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO GÊNERO	18
3.2 PERFIL DOS TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO RAÇA	26
3.3 INSERÇÃO DAS TRABALHORAS NEGRAS	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório configura-se no estudo temático *Desigualdade de Raça e Gênero no Mercado de Trabalho Formal na Região Metropolitana de Campinas*, produto previsto no plano de atividades do Observatório do Mercado de Trabalho de Campinas, parceria entre o DIEESE e a Prefeitura Municipal de Campinas, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (Contrato N°. 65/2009). O objetivo deste estudo é analisar o perfil do emprego formal na Região Metropolitana de Campinas sob dois aspectos distintos: gênero e raça.

As fontes de dados utilizadas são três: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE) e o Censo Demográfico 2000 (Censo 2000). A RAIS será utilizada para o estudo do mercado de trabalho formal no Brasil e na Região Metropolitana de Campinas (RMC) e os anos utilizados foram 2002 e 2008. A PNAD foi utilizada para a análise da população brasileira segundo as características selecionadas. A análise da PNAD não foi realizada para a RMC já que essa amostra não comporta desagregação para este nível geográfico. O Censo Demográfico 2000 foi utilizado para análise da composição da população por cor/raça e gênero da Região Metropolitana de Campinas, dada a inexistência de informações desse tipo mais recentes.

O estudo está dividido em duas partes principais, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte traça uma análise sucinta da população brasileira, através dos dados da PNAD, e dos trabalhadores formais, através dos dados da RAIS, pelas características selecionadas (cor/raça e gênero) e para os anos de 2002 e 2008. A segunda parte está focada na Região Metropolitana de Campinas e faz a análise dos trabalhadores formais pelas características selecionadas através dos dados da RAIS para o ano de 2002. É feita também uma análise sucinta da composição da população da Região Metropolitana de Campinas por gênero e cor/raça com os dados do Censo Demográfico de 2000.

Em relação à análise da raça, alguns aspectos precisam ser levados em conta. A variável originária na RAIS, PNAD e Censo é nominada de cor/raça, portanto, ao longo do texto poderá aparecer essa denominação. Essa variável traz as seguintes categorias: amarelos, brancos, pretos, pardos, indígenas e não declarados. Com o intuito de simplificar a análise, foram designados negros

aqueles que se declaram pretos ou pardos. Os amarelos, indígenas e não declarados foram excluídos da análise dada a proporção pouco significativa, mas foram incorporados nos totais.

Outra consideração que precisa ser feita, ainda quanto à variável de cor/raça, é que ela precisa ser analisada com cautela, especialmente para os dados da RAIS. Por se tratar de um registro administrativo, seu preenchimento pode ser realizado por um funcionário da empresa que não o próprio trabalhador, podendo causar erros na hora da declaração da cor/raça ou até mesmo a ausência da informação. O número de não-declarações dessa variável ainda é muito alto (em 2008 foi de 20%), mas tem melhorado ao longo dos anos.

## 1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades, principalmente no que se refere às características de gênero e raça. Os negros<sup>1</sup> e as mulheres vivem realidades bastante distintas dos homens brancos no mercado de trabalho. Sua inserção ocupacional geralmente está atribuída a cargos pouco qualificados e, conseqüentemente, a salários mais baixos.

Na Região Metropolitana de Campinas existem 2,3 milhões de habitantes dos quais 1.180 mil são mulheres e 553 mil são negros, ou seja, uma população bastante expressiva que sofre com a discriminação de gênero e raça. No mercado de trabalho formal, as mulheres reduzem-se para 325 mil (40%) e os negros passam a ser apenas 134 mil (16,4%).

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho se dá na faixa etária abaixo de 24 anos (40,4% das pessoas nessa faixa), à medida que a idade aumenta, a participação delas cai. Já a maior participação em relação à escolaridade está dentre as pessoas com ensino superior completo (57%). O setor que mais emprega as mulheres é a administração pública (68,3%) seguido pelo comércio (43%). As mulheres representam 48% dos empregados dos estabelecimentos com 1000 ou mais empregados, nos demais estabelecimentos a participação delas se reduz. Em relação à média salarial, as mulheres recebem em média 26% a menos que os homens. A maior diferença é encontrada na indústria de transformação (-40%) e nos estabelecimentos com 500 a 999 empregados (-35%).

Em relação aos negros, a maior participação está na faixa etária até 17 anos (22,2%), nas demais faixas a participação deles é ainda inferior. Analisando-se por escolaridade, nota-se que os negros possuem maior participação dentre os trabalhadores formais analfabetos (27,1%). A construção civil é o setor de atividade que possui maior percentual de negros (31,3%) seguido pelos serviços industriais de utilidade pública (25,1%). Os estabelecimentos com 250 a 499 empregados são os que possuem maior participação dos negros (20,6%). Em relação à remuneração, os negros recebem em média 29,4% a menos que os brancos. As maiores diferenças encontram-se nos

---

<sup>1</sup> Sempre que for utilizado o termo “negros” estará se fazendo referência às pessoas que se declararam pretas e pardas nas pesquisas utilizadas.

serviços industriais de utilidade pública (-55,7%) e nos estabelecimentos com mais de mil empregos (-41,5%).

As mulheres negras se encontram em situação ainda mais precária. Elas representam 14,1% das mulheres e apenas 5,6% dos trabalhadores formais. Em relação à remuneração, as mulheres negras auferem um rendimento médio 36,7% inferior ao das outras mulheres e 47,2% inferior ao rendimento dos homens brancos.

Os dados do mercado de trabalho mostram que a discriminação<sup>2</sup> é um fato cotidiano no que se refere às mulheres e negros. Não existe nenhum outro fator, além da utilização de critérios discriminatórios baseados na cor e no gênero dos indivíduos que possa explicar os indicadores sistematicamente desfavoráveis aos trabalhadores negros e também às mulheres (DIEESE, 2000).

As diversas formas de discriminação estão ligadas aos fenômenos da exclusão social que originam e reproduzem a pobreza no país. Elas são ligadas à superposição de diversos tipos de vulnerabilidade e pela criação de barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso a trabalho decente.

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz ou do padrão de desigualdade social no Brasil, padrão esse que está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social.

É importante destacar que a desigualdade de gênero e raça não é um fenômeno referido a minorias ou grupos específicos da sociedade. Pelo contrário, é um fenômeno que diz respeito a grandes majorias (Abramo, 2004). As mulheres representam pouco mais da metade da população e 42% da População Economicamente Ativa. A população de negros tem apresentado uma trajetória crescente de participação na população brasileira e igualou-se a população de brancos nos últimos anos. Em relação à PEA, os negros representam 50% (RAIS 2008).

Ao longo das últimas décadas, as mulheres foram conquistando seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho. Segundo Alves (2000), elas venceram a exclusão, em grande parte, mas

---

<sup>2</sup> Por discriminação se entende, tal como definido na Convenção nº 111 da OIT, que foi ratificada pelo Brasil em 1965, tratar as pessoas de forma diferenciada e menos favorável, a partir de determinadas características pessoais, tais como, entre outras, o sexo, a raça, a cor, a origem étnica, a classe social, a religião, as opiniões políticas, a ascendência nacional, que não estão relacionadas com os seus méritos e nem com as qualificações necessárias ao exercício do seu trabalho.

não venceram as desigualdades e a segregação. Houve mudanças significativas com a entrada maciça das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), mas também surgiram novos desafios à permanência de um percentual ainda elevado de mulheres “confinadas” à esfera doméstica ou a profissões tipicamente femininas. Quando conseguem cargos não tipicamente atribuídos a mulheres, tem rendimentos inferiores àqueles auferidos pelos homens.

Com os negros não é diferente. A origem da discriminação está na questão do escravismo. Durante muito tempo eles foram deixados de lado no mercado de trabalho, mas aos poucos foram conseguindo se inserir. Todavia essa inserção não se deu em ocupações mais qualificadas e com altos rendimentos, pelo contrário, ocorreu em ocupações principalmente manuais, com baixa qualificação e com baixos rendimentos.

A desigualdade e a discriminação de mulheres e negros, cada qual com suas determinadas características, no mercado de trabalho é inquestionável. Esse aspecto deve ser levado em conta nos processos de formulação e implementação de políticas públicas em geral e, principalmente, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza, para que se possa buscar não apenas um mercado de trabalho mais igualitário, como também uma sociedade igualitária.

Dada essa realidade no Brasil, o presente estudo busca entender como essa questão se manifesta na Região Metropolitana de Campinas.

## 2. ANÁLISE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E DOS TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO GÊNERO E RAÇA

### 2.1 Análise da população brasileira e dos trabalhadores formais segundo gênero

Em 2002 existiam no Brasil 173,4 milhões de pessoas das quais 48,8% eram homens e 51,2% eram mulheres. Em 2008, a população brasileira passou para 186,9 milhões de habitantes e o percentual de homens e mulheres manteve-se praticamente inalterado, 48,6% e 51,4%<sup>3</sup>, para homens e mulheres, respectivamente.

Analisando-se a distribuição de homens e mulheres pela condição de participação econômica, verificam-se algumas diferenças. Em 2002, os homens apresentaram maior participação dentre os menores de 10 anos (51,2%) e dentre os ocupados (58,7%). Já as mulheres tiveram maior participação dentre os desempregados (53,7%) e os inativos (66,6%). Em 2008 os percentuais se alteraram um pouco, mas a condição verificada no ano anterior manteve-se. Esses dados já começam a indicar a existência de diferenças na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. A Tabela 1 apresenta esses valores.

**TABELA 1**  
**Condição de participação, taxa de participação, ocupação e desemprego por gênero**  
**Brasil, 2002 e 2008**

Condição de participação	2002			2008		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Ocupados	46.366.711	32.639.671	79.006.382	52.209.137	38.726.049	90.935.186
Desempregados	3.683.068	4.271.537	7.954.605	2.910.275	4.163.789	7.074.064
Inativos	18.345.392	36.510.972	54.856.364	21.114.972	39.085.590	60.200.562
Menores de 10 anos	16.218.583	15.451.262	31.669.845	14.585.336	14.112.604	28.697.940
Total	84.613.754	88.873.442	173.487.196	90.819.720	96.088.032	186.907.752
Ocupados	58,7	41,3	100,0	57,4	42,6	100,0
Desempregados	46,3	53,7	100,0	41,1	58,9	100,0
Inativos	33,4	66,6	100,0	35,1	64,9	100,0
Menores de 10 anos	51,2	48,8	100,0	50,8	49,2	100,0
Total	48,8	51,2	100,0	48,6	51,4	100,0
Taxa de Participação (PEA/PIA)	73,2	50,3	61,3	72,3	52,3	61,9
Taxa de Ocupação (PO/PIA)	67,8	44,5	55,7	68,5	47,2	57,5
Taxa de Desemprego (PD/PEA)	7,4	11,6	9,1	5,3	9,7	7,2

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE

Observação: O ano de 2002 não incorpora a população do Norte Rural.

<sup>3</sup> É uma tendência demográfica a existência de mais mulheres na população do que homens. Geralmente nascem mais homens, mas eles estão submetidos a fatores que conduzem a uma maior mortalidade ao longo da vida, o que conduz ao maior percentual de mulheres.

A diferença existente na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho torna-se mais clara quando analisadas algumas taxas específicas: taxa de participação, taxa de ocupação e taxa de desemprego.

A taxa de participação, (relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa), mostrou-se bastante distinta para homens e mulheres nos dois anos analisados. Em 2002, a taxa de participação das mulheres foi de 50,3% contra 73,2% dos homens. Em 2008, a taxa de participação das mulheres ampliou-se um pouco, ficando em 52,3%<sup>4</sup>. Apesar dessa taxa ainda se manter bastante distante da taxa verificada para os homens, seu crescimento indica uma expansão da participação na mulher no mercado de trabalho.

Em relação à taxa de ocupação, (relação entre a População Ocupada e a População em Idade Ativa), nota-se novamente grande disparidade. Enquanto para os homens, em 2002, a taxa de ocupação foi de 67,8%, para as mulheres foi de apenas 44,5%. Em 2008, a situação alterou-se um pouco e as mulheres passaram a ter uma taxa de ocupação de 47,2%, ainda baixa, mas que mostra alguma alteração ao longo do período.

A taxa de desemprego perpetua a desigualdade por gênero. As mulheres possuem uma taxa de desemprego maior que a dos homens, 11,6% em 2002, contra 7,4% dos homens. Em 2008, a taxa de desemprego para as mulheres caiu para 9,7%, a dos homens também teve queda ficando em 5,3%.

Analisando apenas os trabalhadores formais, segundo dados da RAIS, para os mesmo anos, notam-se outras diferenças.

Em 2002, 60,2% dos trabalhadores formais eram do sexo masculino e obtinham um rendimento médio de 4,8 salários mínimos. No mesmo ano, o rendimento médio das mulheres era de 3,9 salários mínimos o que resulta num salário médio 21,6% inferior àquele auferido pelos homens.

Em 2008, a participação dos homens no emprego formal continuou superior ao das mulheres, mas ficou em 58,9% (2,1% menor que em 2002). O rendimento médio dos homens continuou acima do rendimento das mulheres, mas a diferença caiu para 20,9% (3,3% inferior).

---

<sup>4</sup> Essa taxa de participação é significativamente superior à média latino-americana, mas ainda está bastante abaixo da média dos países desenvolvidos.

**TABELA 2**  
**Trabalhadores formais por gênero e rendimento médio em Salários Mínimos**  
**Brasil, 2002 e 2008**

Gênero	Empregados		Rendimento Médio em SM	
	N	%		
2002	Homem	17.265.351	60,2	4,8
	Mulher	11.418.562	39,8	3,9
	Total	28.683.913	100,0	4,4
	Diferença Rend. Homens e Mulheres			21,6
2008	Homem	23.234.981	58,9	3,7
	Mulher	16.206.585	41,1	3,1
	Total	39.441.566	100,0	3,4
	Diferença Rend. Homens e Mulheres			20,9

Fonte: RAIS/MTE  
Elaboração: DIEESE

A análise desses primeiros dados já deixou clara a desigualdade existente por gênero. Como foi visto, tanto a taxa de participação quanto a de ocupação das mulheres são bastante inferiores quando comparadas a dos homens. A taxa de desemprego, por sua vez, mostrou-se mais elevada para as mulheres. Quando as mulheres conseguem uma ocupação, a desigualdade continua e é refletida principalmente nos salários auferidos.

## 2.2 Análise da população brasileira e dos trabalhadores formais segundo raça

Dos 173,4 milhões de habitantes no Brasil em 2002, pouco mais da metade (53,2%) era composta por brancos e poucos menos por negros (46,2%). Em 2008, entretanto, a composição se alterou e os negros passaram a ser a maioria da população brasileira (50,2% contra 48,9%)<sup>5</sup>, segundo dados da PNAD.

Analisando-se a população por condição de participação, notam-se algumas diferenças entre as raças. Os brancos representavam a maioria dos menores de 10 anos em 2002 (50,6%), a maioria dos ocupados (54,1%) e a maioria dos inativos (54,2%). Os negros, por sua vez, eram a maioria apenas dentre a população desempregada (51,7%). Em 2008, a situação se alterou e os negros passaram a ser a maioria em todas as condições de participação, inclusive ampliando sua participação dentre os desempregados (Tabela 3).

<sup>5</sup> Segundo a RAIS de 1976, a população de negros era de 40% e a de brancos era 57%.

Analisando-se as taxas de participação, ocupação e desemprego, torna-se possível tirar novas conclusões.

Em 2002, a taxa de participação dos brancos era de 61%, enquanto dos negros era de 61,6%, ou seja, não havia diferença na participação significativa por raça. Em 2008 os percentuais se alteram, mas ainda continuam muito próximos, 62,1% e 61,8% para brancos e negros, respectivamente.

Em relação à taxa de ocupação, novamente encontram-se valores muito próximos. Em 2002 a taxa de ocupação dos brancos era de 56,1%, enquanto que a taxa de participação dos negros era de 55,3%. Em 2008 a taxa de ocupação aumentou para ambas as raças, ficando em 58,2% para brancos e 56,8% para negros.

A taxa de desemprego é a que apresenta maior diferença. Enquanto o desemprego para os brancos foi de 8,2%, para os negros foi de 10,3% em 2002. Em 2008, ambas as taxas reduziram-se ficando em 6,2% para brancos e 8% para negros.

**TABELA 3**  
**Condição de participação, taxa de participação, ocupação e desemprego por cor/raça**  
**Brasil, 2002 e 2008**

Condição de participação	2002			2008		
	Branca	Negra <sup>(1)</sup>	Total <sup>(2)</sup>	Branca	Negra <sup>(1)</sup>	Total <sup>(2)</sup>
Ocupados	42.781.105	35.688.053	79.006.382	45.210.958	44.887.984	90.935.186
Desempregados	3.803.266	4.112.156	7.954.605	2.999.640	3.924.999	7.074.064
Inativos	29.735.336	24.765.098	54.856.364	29.478.185	30.157.155	60.200.562
Menores de 10 anos	16.016.265	15.509.582	31.669.845	13.736.328	14.771.648	28.697.940
<b>Total</b>	<b>92.335.972</b>	<b>80.074.889</b>	<b>173.487.196</b>	<b>91.425.111</b>	<b>93.741.786</b>	<b>186.907.752</b>
Ocupados	54,1	45,2	100,0	49,7	49,4	100,0
Desempregados	47,8	51,7	100,0	42,4	55,5	100,0
Inativos	54,2	45,1	100,0	49,0	50,1	100,0
Menores de 10 anos	50,6	49,0	100,0	47,9	51,5	100,0
<b>Total</b>	<b>53,2</b>	<b>46,2</b>	<b>100,0</b>	<b>48,9</b>	<b>50,2</b>	<b>100,0</b>
Taxa de Participação (PEA/PIA)	61,0	61,6	61,3	62,1	61,8	61,9
Taxa de Ocupação (PO/PIA)	56,1	55,3	55,7	58,2	56,8	57,5
Taxa de Desemprego (PD/PEA)	8,2	10,3	9,1	6,2	8,0	7,2

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota (1): A população negra inclui os que se declaram pretos ou pardos.

Nota (2): O total inclui os Demais (Amarelos, Indígenas, Não Declarados).

Observação: Excluiu-se de 2008 a população do Norte Rural, a fim de ser comparável com 2002.

É preciso ter muita cautela ao analisar os dados do emprego formal segundo cor/raça. Isso porque a RAIS é um registro administrativo geralmente preenchido por algum responsável da empresa e não pelo empregado. Portanto, pode haver erros de declaração do item cor/raça do trabalhador, assim como uma enorme incidência de ausência de respostas para essa questão. Em decorrência disso, o número de trabalhadores formais que não possuem declaração de cor/raça foi bastante elevado nos dois anos em questão (25% em 2002 e 20% em 2008).

Analisando-se apenas os trabalhadores formais segundo dados da RAIS para os mesmos anos, notam-se outras diferenças. Em 2002, 51,8% dos trabalhadores formais eram brancos e obtinham um rendimento médio de 3,1 salários mínimos. Os negros eram apenas 21,4% dos trabalhadores formais e tinham um rendimento médio 8,2% menor do que os brancos.

Em 2008 a participação de brancos no emprego formal caiu para 49,7% e dos negros aumentou para 26%. O percentual de trabalhadores formais sem declaração de cor/raça permaneceu elevado (20%). Em relação ao rendimento, novamente os brancos receberam remunerações mais elevadas que os negros, 3,5 salário mínimos contra 2,4 salários mínimos. A Tabela 4 apresenta esses valores.

**TABELA 4**  
**Trabalhadores formais por cor/raça e rendimento médio em Salários Mínimos**  
**Brasil, 2002 e 2008**

Cor/raça	Empregados		Rendimento Médio em SM	
	N	%		
2002	Branco	14.867.306	51,8	3,1
	Negro	6.147.925	21,4	2,8
	Total	28.683.913	100,0	4,4
	Diferença Rend. Brancos e Negros			8,2
2008	Branco	19.615.178	49,7	3,5
	Negro	10.252.645	26,0	2,4
	Total	39.441.566	100,0	3,6
	Diferença Rend. Brancos e Negros			44,7

Fonte: RAIS/MTE  
Elaboração: DIEESE

Como foi possível perceber nessa primeira aproximação à questão de gênero e raça, existem diferenças importantes na inserção de homens, mulheres, negros e brancos no mercado de trabalho.

Em relação ao gênero foi possível notar taxas de participação, ocupação e desemprego bastante distintas, com posição mais privilegiada para os homens que possuem maior participação na ocupação e também apresentam maiores salários.

Em relação à raça, notou-se que as taxas de participação e de ocupação são bastante próximas, não revelando nenhuma desigualdade. Entretanto, quando se analisa a taxa de desemprego, os sinais de discriminação começam a ser percebidos. Tal discriminação é reforçada quando se analisam apenas os trabalhadores formais visto que as diferenças se ampliam, principalmente no que se refere aos salários.

### **3. PERFIL DOS TRABALHADORES FORMAIS SEGUNDO GÊNERO E RAÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS**

Discutir a questão da discriminação no mercado de trabalho segundo gênero e raça na Região Metropolitana de Campinas não é tarefa trivial dada a inexistência de alguns dados sobre o mercado de trabalho como a PEA, PIA, ocupação informal e desocupados para o período mais recente. Tais dados estão disponíveis para os municípios que compõem a RMC apenas para o ano de 2000, quando foi realizado o último Censo Demográfico<sup>6</sup> do IBGE.

Para o período 2002 a 2008, escolhido para a análise, existem apenas as informações da RAIS no que se refere ao emprego formal. Dessa foram, a análise do perfil por gênero e raça foi realizada apenas a partir desses dados. Entretanto, como já se chamou atenção, os dados de cor/raça possuem problemas e, portanto, a análise precisa ser cautelosa.

Com o intuito de conhecer um pouco melhor a população da Região Metropolitana de Campinas e antes de entrar nos dados da população empregada, serão feitas algumas considerações acerca de dados referentes ao Censo Demográfico de 2000 por gênero e raça.

De acordo com os dados do Censo, existiam na Região Metropolitana de Campinas mais de 2,3 milhões de habitantes no ano 2000 dos quais 49,4% eram homens e 50,6% mulheres. Os menores de 10 anos eram pouco mais de 428 mil pessoas e estavam distribuídos em 51% de homens e 49% de mulheres, distribuição bastante próxima à verificada para o Brasil (Tabela 5).

Os ocupados eram em torno de 989 mil pessoas sendo 60,9% homens e apenas 39,1% mulheres. Os desempregados eram 192 mil divididos em 46,4% de homens e 53,6% de mulheres. Já os inativos eram 33,6% homens e o restante eram mulheres.

---

<sup>6</sup> Para os anos seguintes existem apenas estimativas baseadas no Censo Demográfico. Essas estimativas devem ser utilizadas com cautela dado que quanto mais se distancia do ano do censo, maior a possibilidade dos dados estarem se afastando da realidade.

**TABELA 5**  
**Condição de participação, taxa de participação, ocupação e desemprego por gênero**  
**Região Metropolitana de Campinas, 2000**

<b>Condição de participação</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Total</b>
Ocupados	602.678	386.340	989.018
Desempregados	89.363	103.152	192.515
Inativos	243.928	481.177	725.105
Menores de 10 anos	218.259	209.868	428.127
<b>Total</b>	<b>1.154.228</b>	<b>1.180.537</b>	<b>2.334.765</b>
Ocupados	60,9	39,1	100,0
Desempregados	46,4	53,6	100,0
Inativos	33,6	66,4	100,0
Menores de 10 anos	51,0	49,0	100,0
<b>Total</b>	<b>49,4</b>	<b>50,6</b>	<b>100,0</b>
Taxa de Participação (PEA/PIA)	73,9	50,4	62,0
Taxa de Ocupação (PO/PIA)	64,4	39,8	51,9
Taxa de Desemprego (PD/PEA)	12,9	21,1	16,3

Fonte: RAIS/MTE  
Elaboração: DIEESE

As taxas de participação, ocupação e desemprego mostraram-se bastante distintas quando analisadas separadamente para homens e mulheres.

A taxa de participação dos homens foi de 73,9% enquanto que para as mulheres ficou em apenas 50,4%, uma diferença de 23,5 pontos percentuais, um pouco acima da verificada para o Brasil. A taxa de ocupação também se mostrou bastante desigual, sendo de 64,4% para homens e apenas 39,8% para as mulheres, diferença também superior à encontrada no país. A taxa de desemprego, por sua vez, mostrou-se mais elevada para as mulheres, com 21,1% e para os homens foi de 12,9%.

Em relação à raça, existiam na Região Metropolitana de Campinas mais de 1,7 milhão de brancos e apenas 553 mil negros, o que resulta numa distribuição de 74,7% de brancos e 23,7% de negros, bastante distinta da encontrada na população brasileira. Os percentuais dos ocupados, inativos e menores de 10 anos ficaram próximos da distribuição geral da população, apenas destoando no caso dos desempregados em que o percentual foi de 31,7% para os negros (Tabela 6).

**TABELA 6**  
**Condição de participação, taxa de participação, ocupação e desemprego por gênero**  
**Região Metropolitana de Campinas, 2000**

<b>Condição de participação</b>	<b>Branca</b>	<b>Negra</b>	<b>Total</b>
Ocupados	739.820	233.557	989.017
Desempregados	128.414	61.027	192.516
Inativos	557.549	154.770	725.106
Menores de 10 anos	317.510	103.773	428.127
<b>Total</b>	<b>1.743.293</b>	<b>553.127</b>	<b>2.334.766</b>
Ocupados	74,8	23,6	100,0
Desempregados	66,7	31,7	100,0
Inativos	76,9	21,3	100,0
Menores de 10 anos	74,2	24,2	100,0
<b>Total</b>	<b>74,7</b>	<b>23,7</b>	<b>100,0</b>
Taxa de Participação (PEA/PIA)	60,9	65,6	62,0
Taxa de Ocupação (PO/PIA)	51,9	52,0	51,9
Taxa de Desemprego (PD/PEA)	14,8	20,7	16,3

Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

A taxa de participação mostrou-se maior dentre os negros, 65,6% contra 60,9% no caso dos brancos. Já a taxa de ocupação ficou bastante próxima, 51,9% para os brancos e 52% para os negros. Entretanto, a taxa de desemprego foi bastante superior para os negros, 20,7% contra 14,8%.

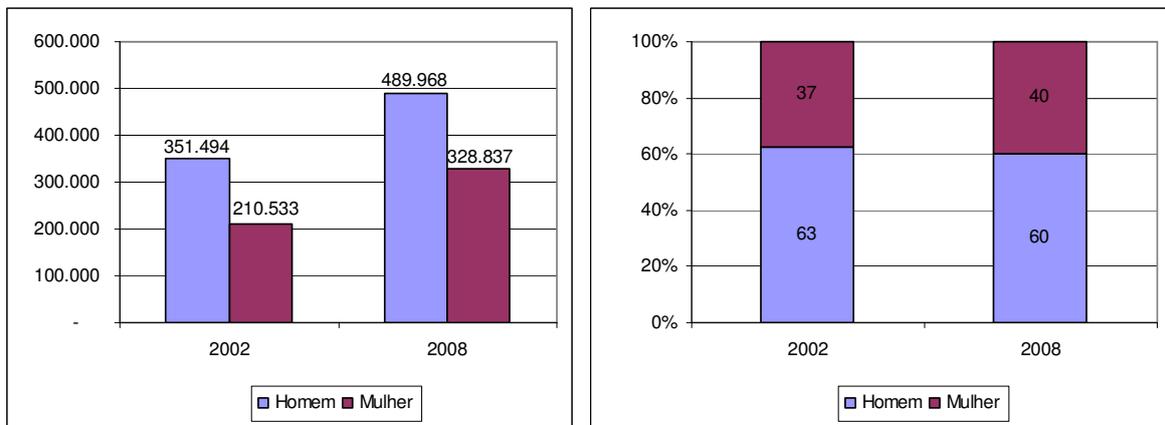
Como foi possível perceber, a RMC apresenta peculiaridades em relação à população brasileira. A participação dos negros é mais elevada na região do que é para o país. Menos de um quarto da população da RMC é composta por pretos e pardos enquanto no Brasil eles representam metade da população.

### **3.1 Perfil dos trabalhadores formais segundo gênero**

Dos 562 mil ocupados formais existentes em 2002 na Região Metropolitana de Campinas, 351,5 mil eram homens (63%) e 210,5 mil eram mulheres (37%). Em 2008, o número de trabalhadores formais subiu para 818,8 mil pessoas e os percentuais de homens e mulheres se alteraram para 60% e 40%, respectivamente.

O gráfico 1 mostra a alteração da composição de homens e mulheres nos anos de 2002 e 2008.

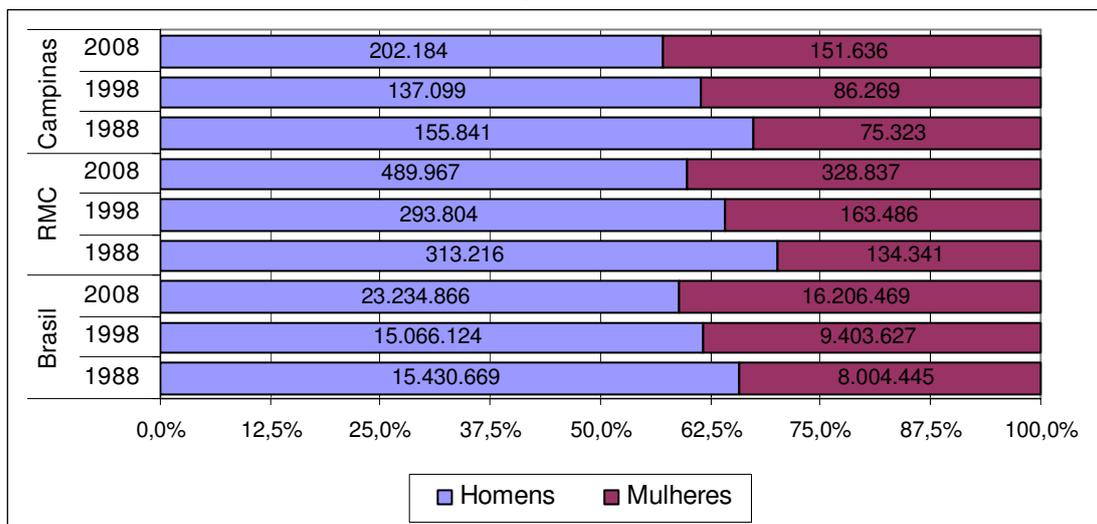
**GRÁFICO 1**  
**Número de trabalhadores formais e distribuição por gênero**  
**RMC, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

Aqui se verifica novamente a tendência observada para o país: apesar de a população feminina representar mais da metade da população total, a população feminina ocupada no mercado formal de trabalho representa apenas 40%. Entretanto, analisando-se a distribuição dos trabalhadores formais por um período mais longo, nota-se uma gradual ampliação da participação das mulheres. Em 1988, no Brasil, elas tinham apenas 34,2% dos empregos formais, em 1998 a participação das mulheres subiu para 38,4% e em 2008 chegou a 41,1%. Na RMC o comportamento foi o mesmo e as mulheres tiveram participação de 30%, 35,8% e 40,2% para os anos de 1988, 1998 e 2008, respectivamente. O gráfico 2 mostra essa evolução.

**GRÁFICO 2**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por gênero**  
**Brasil, RMC e Campinas, 1988, 1998 e 2008**



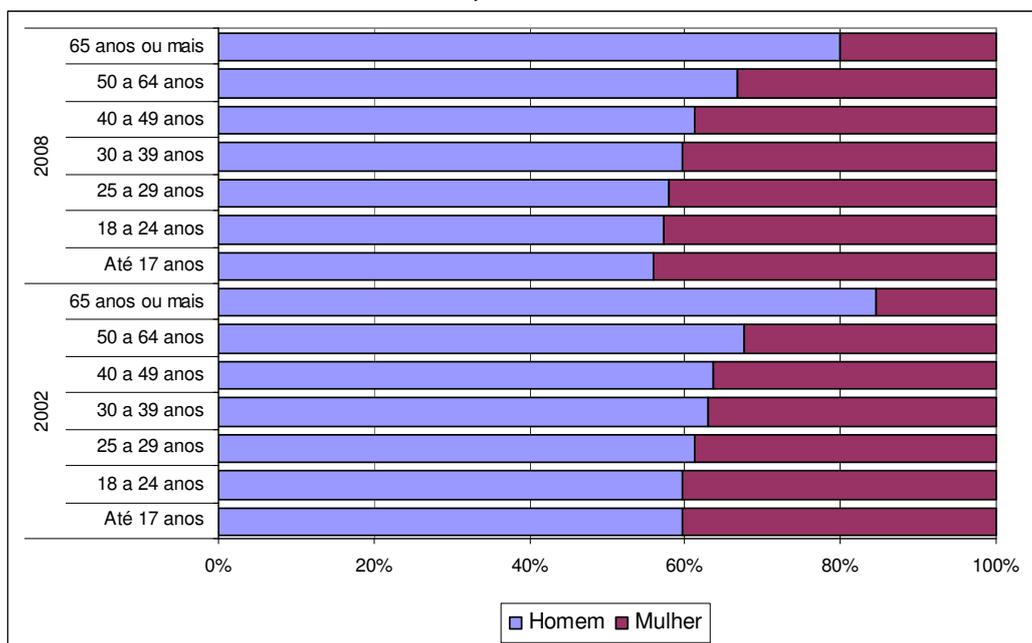
Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

Para compreender um pouco mais as disparidades existentes na inserção ocupacional de homens e mulheres no mercado formal de trabalho serão analisadas as seguintes características: faixa etária, grau de escolaridade, setor de atividade, tamanho do estabelecimento e remuneração auferida.

A participação das mulheres no emprego formal varia bastante de idade para idade. O gráfico 3 apresenta a distribuição dos trabalhadores formais por gênero e faixa etária. É possível notar que as mulheres têm sua maior participação no emprego na faixa até 17 anos (40,4% em 2002 e 44,1% em 2008). Quanto maior a idade, menor vai sendo a participação das mulheres na distribuição por gênero e faixa etária. Na faixa acima dos 65 anos, a participação das mulheres cai para 15,4% em 2002 e 20,1% em 2008.

Uma das explicações para esse fenômeno poderia ser o fato da mulher deixar o mercado de trabalho antes dos homens para poder cuidar da vida doméstica e dos filhos. No caso das faixas de idade mais elevadas, entra também o fato da mulher poder se aposentar com menos idade que os homens.

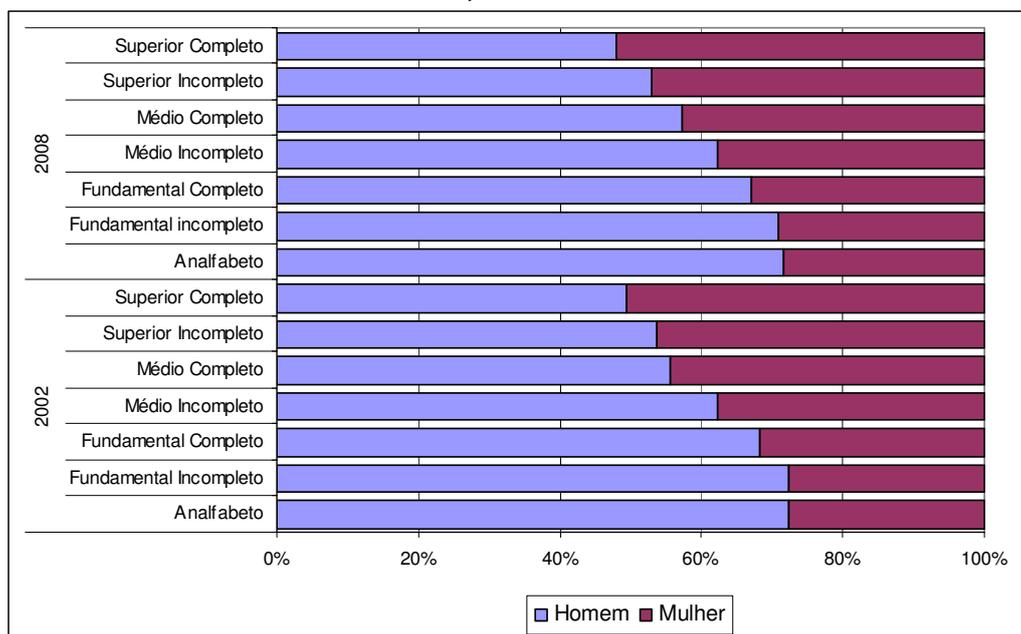
**GRÁFICO 3**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por gênero e faixa etária**  
**RMC, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

Em relação ao grau de escolaridade, o comportamento é o inverso da faixa de escolaridade (gráfico 4). Quanto maior a escolaridade, maior a participação das mulheres no emprego. As mulheres analfabetas representavam apenas 27,8% dos trabalhadores formais nessa faixa de escolaridade, em 2002, e 28,4% em 2008. Entretanto, dentre os trabalhadores formais com ensino superior completo as mulheres representavam 50,7% em 2002 e 52% em 2008, ou seja, mais da metade dos trabalhadores formais com essa escolaridade eram mulheres.

**GRÁFICO 4**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por gênero e grau de escolaridade**  
**RMC, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

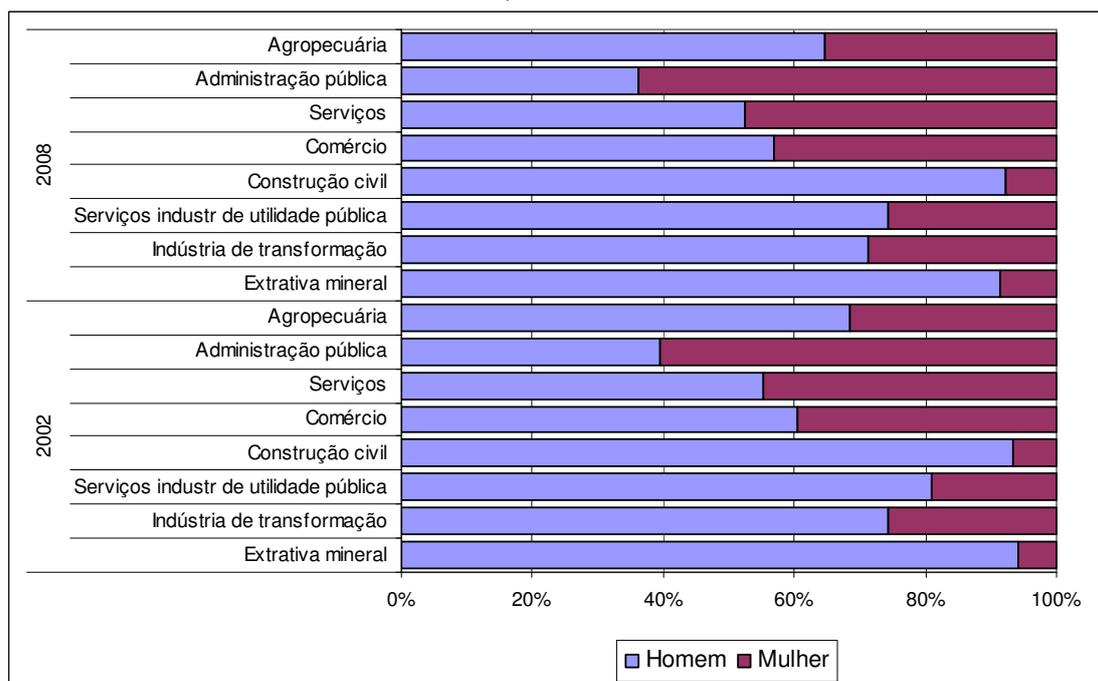
As mulheres possuem, em geral, melhores indicadores educacionais que os homens. Entretanto, a reprodução dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres na sociedade impacta na escolha profissional das pessoas dando origem a grande segmentação profissional por gênero. Dessa forma, a vantagem auferida pelas mulheres no campo educacional acaba não se efetivando em maior ocupação no mercado de trabalho, em postos mais qualificados e em maiores salários.

A distribuição dos trabalhadores formais por gênero e por setor de atividade não segue um comportamento claro como o verificado nos gráficos acima. Cada setor apresenta características e participações bastante distintas das mulheres.

O setor extrativo mineral e a construção civil são os que apresentam menor participação de mulheres, apenas 8,6% e 7,8% em 2008, respectivamente. Serviços de utilidade pública e indústria da transformação também contam com poucas mulheres, 25,6% e 28,6%, respectivamente. Na agropecuária as mulheres possuem participação superior a 35% em 2008. Nos serviços e comércio, a participação delas fica bem próxima a dos homens, 43 e 47%.

A administração pública, entretanto, é o setor que apresenta maior participação de mulheres. Em 2002, 60% dos trabalhadores formais nesse setor eram mulheres, em 2008 esse percentual elevou-se para 63,8%.

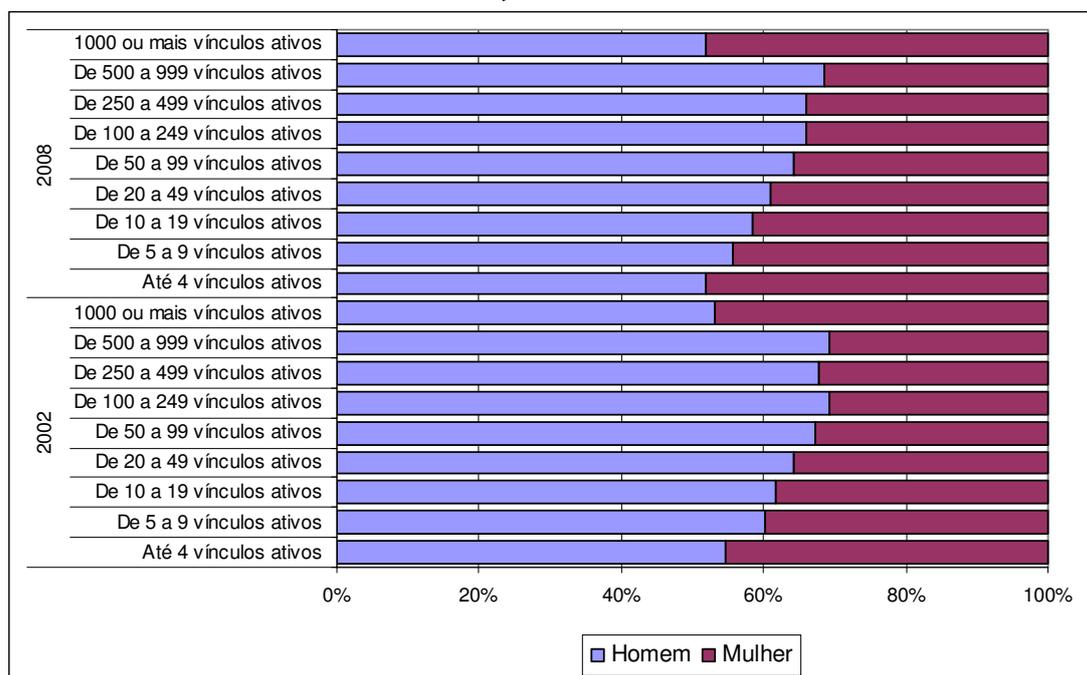
**GRÁFICO 5**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por gênero e setor de atividade**  
**RMC, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

Em relação à distribuição de homens e mulheres por tamanho de estabelecimento, nota-se uma queda na participação de mulheres à medida que o tamanho do estabelecimento aumenta. Dentre os trabalhadores formais das empresas com até quatro funcionários, quase metade eram mulheres em 2008. Nos estabelecimentos com 500 a 999 trabalhadores formais, a participação delas cai para 31,5%. Já nos estabelecimentos acima de mil trabalhadores formais, a participação volta a crescer e se iguala à participação nos estabelecimentos com até quatro funcionários, 48,2% em 2008 (Gráfico 6).

**GRÁFICO 6**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por gênero e tamanho de estabelecimento**  
**RMC, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

Como foi possível notar, a participação das mulheres varia bastante de acordo com a faixa etária, grau de escolaridade, setor de atividade e tamanho de estabelecimento.

Apesar de já terem sido feitos avanços muito grandes no que se refere à ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas, ainda existe um fator preocupante: a questão salarial.

A Tabela 7 apresenta a remuneração média em salários mínimos por setor de atividade e por tamanho de estabelecimento para homens e mulheres nos anos de 2002 e 2008, além da diferença entre o salário de homens e mulheres e entre os anos considerados.

A primeira informação que chama atenção é o fato da diferença entre o salário dos homens e das mulheres ser, em sua maioria, negativa. Isso significa que a remuneração média das mulheres é inferior à remuneração média auferida pelos homens. Em 2002 a remuneração média das mulheres era 20,9% inferior à dos homens. Em 2008 a diferença aumenta para 25,9%, ou seja, apenas três quartos do salário dos homens.

A maior diferença salarial dentre os setores de atividade é encontrada na indústria da transformação, em que as mulheres possuem uma remuneração média 39,2% inferior à dos homens. Em relação ao tamanho do estabelecimento, a maior diferença é encontrada nos estabelecimentos de 500 a 999 empregados, em que a remuneração média das mulheres é 37,8% inferior à dos homens.

O salário médio das mulheres é superior ao dos homens apenas na construção civil. Esse setor conta com baixa participação de mulheres que, quando inseridas neles, exercem cargos administrativos e, portanto, auferem rendimentos maiores.

**TABELA 7**  
**Remuneração média (em SM) por setor de atividade e por tamanho de estabelecimento para homens e mulheres, 2002 e 2008**

Setor de atividade e tamanho de estabelecimento	2002				2008				Dif. relação salarial (2008-2002)
	Homem (A)	Mulher (B)	Total	(B)/(A)	Homem (A)	Mulher (B)	Total	(B)/(A)	
Extrativa mineral	4,5	3,4	4,4	(24,5)	4,7	3,7	4,7	(21,8)	(2,7)
Indústria de transformação	7,6	4,6	6,8	(39,2)	5,8	3,5	5,2	(39,9)	0,7
Serviços industr de utilidade pública	8,1	7,3	8,0	(10,3)	6,5	4,7	6,1	(28,3)	18,0
Construção civil	3,8	3,9	3,8	3,5	3,3	3,7	3,4	11,3	(7,9)
Comércio	3,9	3,0	3,5	(22,4)	3,0	2,3	2,7	(23,7)	1,3
Serviços	5,9	4,8	5,4	(18,8)	4,0	3,1	3,6	(22,9)	4,1
Administração pública	10,0	8,8	9,2	(12,0)	7,8	6,6	7,0	(15,3)	3,3
Agropecuária	2,6	1,9	2,4	(26,8)	2,1	1,7	2,0	(20,0)	(6,8)
Até 4 vínculos ativos	2,9	2,4	2,7	(16,6)	2,2	1,9	2,1	(17,2)	0,5
De 5 a 9 vínculos ativos	3,4	2,8	3,2	(17,1)	2,6	2,2	2,4	(17,1)	(0,0)
De 10 a 19 vínculos ativos	4,0	3,3	3,8	(17,8)	3,0	2,5	2,8	(18,4)	0,5
De 20 a 49 vínculos ativos	4,6	3,7	4,3	(20,5)	3,5	2,7	3,2	(23,6)	3,2
De 50 a 99 vínculos ativos	5,6	4,1	5,1	(26,7)	4,1	2,9	3,7	(28,0)	1,2
De 100 a 249 vínculos ativos	6,6	5,0	6,1	(24,4)	4,8	3,3	4,3	(30,7)	6,2
De 250 a 499 vínculos ativos	7,0	4,9	6,3	(30,0)	5,1	3,5	4,5	(31,8)	1,8
De 500 a 999 vínculos ativos	9,4	5,9	8,3	(37,8)	5,6	3,6	4,9	(34,5)	(3,3)
1000 ou mais vínculos ativos	10,0	8,6	9,4	(14,6)	7,6	5,5	6,6	(27,9)	13,2
Total	6,2	4,9	5,7	(20,9)	4,6	3,4	4,1	(25,9)	5,0

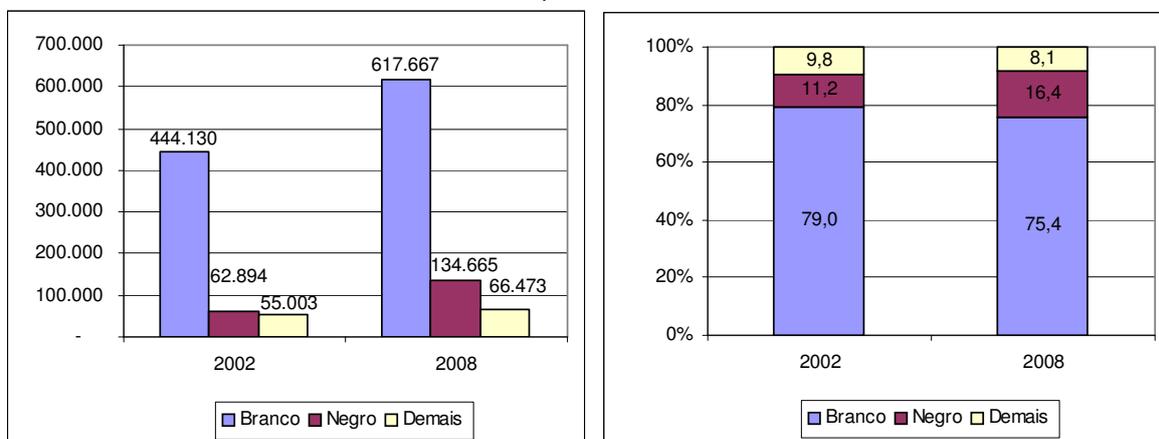
Fonte: RAIS/MTE  
Elaboração: DIEESE

Em suma, a ampliação da participação das mulheres nas últimas décadas tem sido uma realidade também na RMC e é um grande avanço no que se refere à redução da discriminação das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, ainda existe grande diferenciação da participação de mulheres principalmente por setor de atividade e, no que se refere à remuneração, nota-se ainda uma questão importante que precisa ser preocupação dos formuladores de políticas públicas para que a igualdade, não apenas de acesso, mas de condições de trabalho, também seja atingida.

### 3.2 Perfil dos trabalhadores formais segundo raça

Dos 562 mil ocupados formais na Região Metropolitana de Campinas no ano de 2002, apenas 63 mil declararam-se como negros (11,2%) e 444 mil declararam-se como brancos (79%). Os demais (amarelos, indígenas, não declarados) representaram 9,8% dos ocupados, isto é, 55 mil pessoas. Em 2008 a situação se altera um pouco. Os brancos reduzem sua participação para 75,4%, os negros para 16,4% e os demais apresentam queda ficando em 8,1% (Gráfico 7).

**GRÁFICO 7**  
**Número de trabalhadores formais e distribuição por gênero**  
**Brasil, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

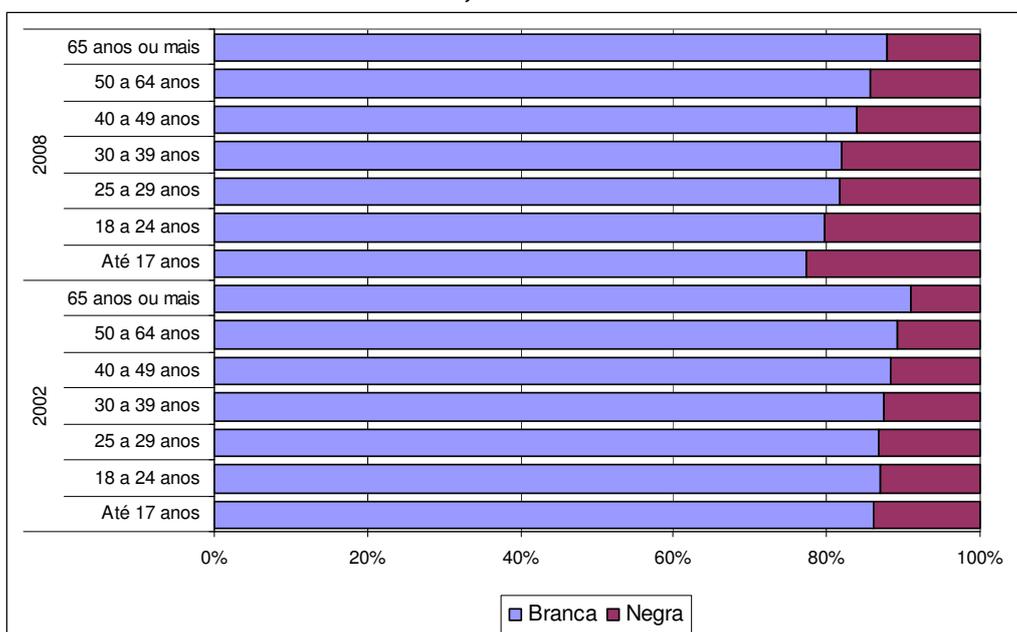
Infelizmente não é possível acompanhar a participação dos trabalhadores formais por raça por um período mais longo, já que os dados de cor/raça começam a ser captados pela RAIS apenas a partir de 2001 para o Brasil e a partir de 2002 para a RMC.

Como visto anteriormente, a participação dos negros na população da RMC era de 23,7% em 2000 e as taxas de participação e ocupação mostraram-se bastante próximas para brancos e negros. Uma participação de apenas 16,4% no emprego formal não seria justificada dado o fato da taxa de participação e ocupação serem muito próximas por gênero. Existem duas explicações para os 7,3% de negros que não aparecem inseridos no mercado formal. A primeira diz respeito à subdeclaração de negros e a segunda é que os dados poderiam indicar que os negros estão inseridos em maior proporção no mercado informal de trabalho. Infelizmente não existem dados que

comprovem isso, mas o mais provável é que se tenha a participação desses dois fatores para explicar a baixa taxa de inserção dos negros no mercado formal de trabalho.

A seguir será analisada a inserção dos brancos e negros por faixa etária, grau de escolaridade, setor de atividade, tamanho do estabelecimento e rendimento médio.

**GRÁFICO 8**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por raça e faixa etária**  
**RMC, 2002 e 2008**



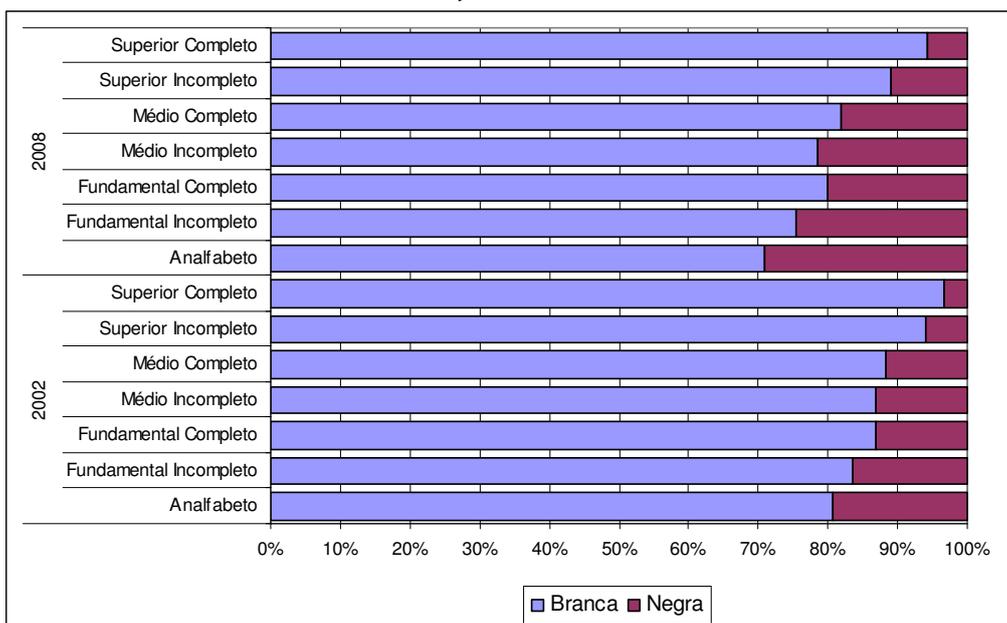
Fonte: RAIS/MTE  
Elaboração: DIEESE

A participação dos negros nas ocupações formais é distinta de acordo com a faixa etária e acompanha a tendência verificada no caso das mulheres: quanto maior a idade, menor a participação. Em 2002 os negros correspondiam a 13,5% dos trabalhadores formais com menos de 17 anos e apenas 7,4% dos trabalhadores formais com mais de 65 anos. Em 2008 esses percentuais se alteram para 22,2% e 10,1%. O Gráfico 8 mostra esses dados, dentre outros.

Em relação ao grau de escolaridade, o comportamento é semelhante ao da faixa de escolaridade e é o oposto do que ocorre no caso das mulheres. Quanto maior a escolaridade, menor a participação dos negros no emprego formal.

Em 2002 os negros representavam 17,2% dos ocupados analfabetos e apenas 2,5% dos ocupados com ensino superior. Em 2008 a participação dos negros se amplia em todas as faixas e passam a representar 27,1% dos trabalhadores formais analfabetos e 4,6% dos trabalhadores formais com curso superior (Gráfico 9).

**GRÁFICO 9**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por raça e grau de escolaridade RMC, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

Esses dados podem indicar duas situações: a primeira é que, sendo a incorporação dos negros no mercado de trabalho a partir de ocupações que exigem escolaridade mais baixa, seus salários provavelmente também serão mais baixos. Outra coisa é a possível relação com o acesso à escolaridade, a inserção do negro no ensino superior ainda é restrita e, portanto, os negros com escolaridade mais elevada são uma parcela pequena da população e, portanto, representam pequena parcela dos ocupados.

Os negros estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino, como pode ser percebido no gráfico anterior. No ensino fundamental, a taxa de escolarização para a população branca e negra é praticamente a mesma. Já no ensino médio, essa

taxa começa a se diferenciar bastante. Isto é, o acesso ao ensino médio ainda é bastante restrito no país, mas significativamente mais limitado para a população negra, que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho. O acesso ao ensino superior é ainda mais dificultado (Abramo, 2004).

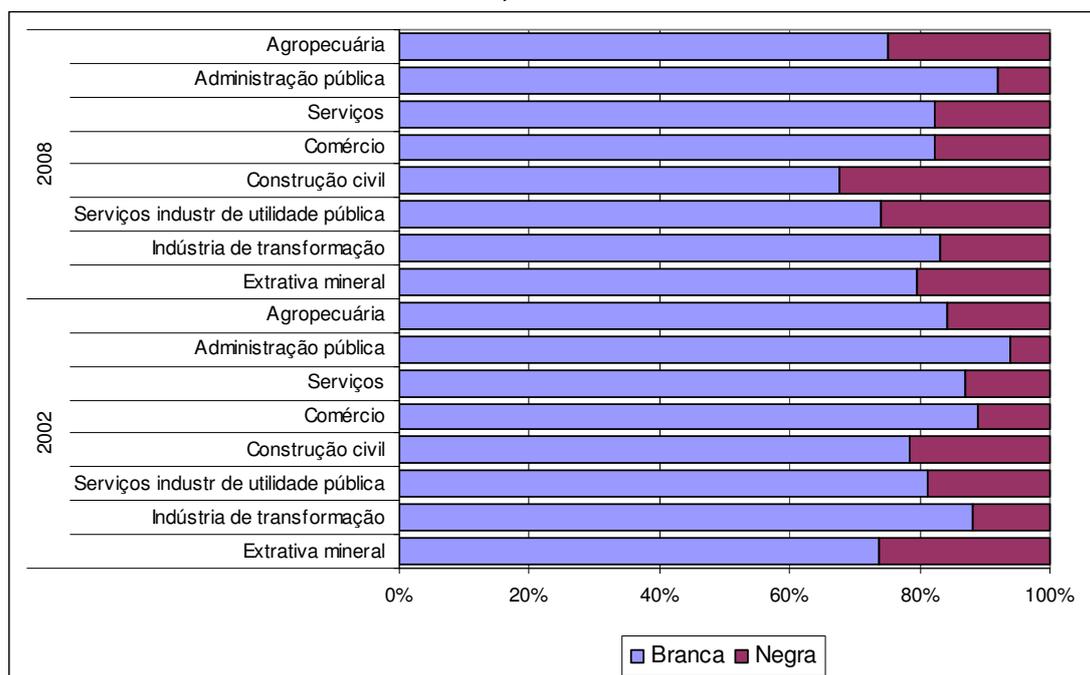
A distribuição dos ocupados por gênero e por setor de atividade econômica varia bastante, assim como verificado no caso das mulheres.

A menor participação dos negros encontra-se na administração pública. Em 2002 eles eram apenas 2% dos trabalhadores formais nesse setor. Em 2008, a participação deles aumenta para 2,8% mas ainda assim permaneceu muito baixa.

As participações no comércio, indústria da transformação e serviços ficaram próximas em ambos os anos analisados. Os percentuais encontrados para 2002 foram: 10,7%, 11,3% e 12,2%, respectivamente. Em 2008 a participação dos ocupados negros com carteira nesses três setores se amplia ficando em 17%, 16,4% e 16,9%.

O maior percentual de participação dos negros em 2002 ocorreu no setor extrativo mineral (23,3%) seguido pela construção civil (21%). Em 2008, entretanto, a situação se altera e a maior participação ficou com o setor da construção civil (31,3%) e em seguida com os serviços industriais de utilidade pública (25,1%) (Gráfico 10).

**GRÁFICO 10**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por raça e setor de atividade**  
**RMC, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

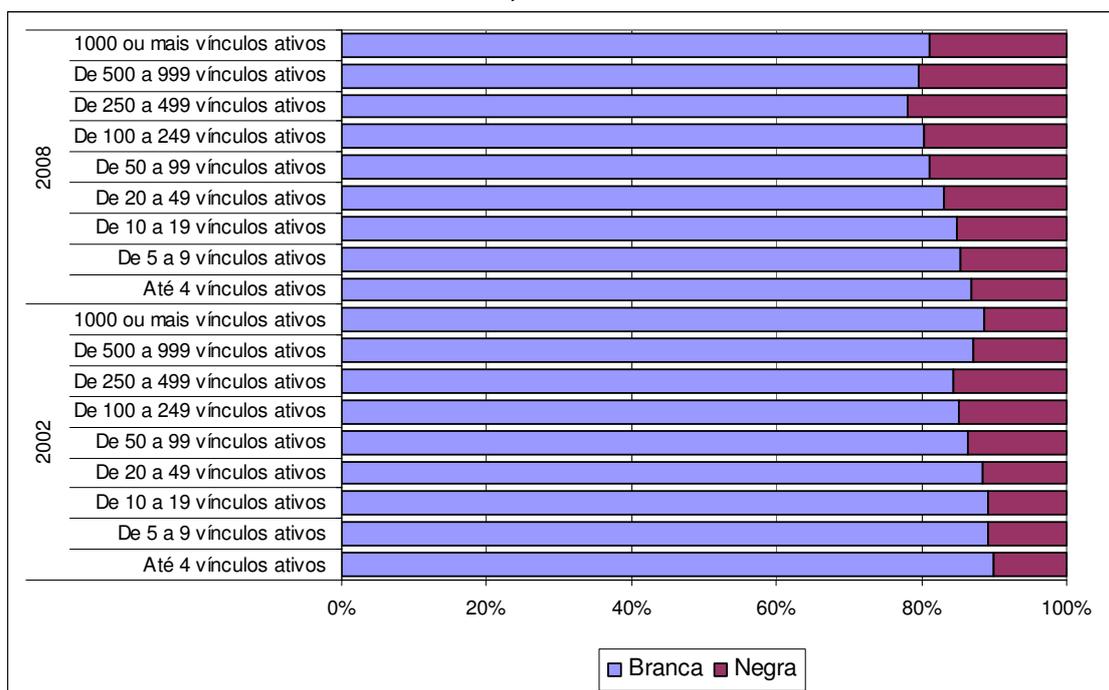
Em relação à participação dos negros e brancos por tamanho de estabelecimento, nota-se um comportamento distinto do verificado no caso da comparação entre homens e mulheres. A participação dos negros amplia-se na medida em que aumenta o tamanho do estabelecimento até chegar nos estabelecimentos de 250 a 499 empregados, depois volta a declinar.

Em 2002, os negros representavam apenas 9,8% dos trabalhadores formais nos estabelecimentos com até quatro empregados. Sua maior participação foi de 14,2% nos estabelecimentos de 250 a 499 empregados.

Em 2008, a participação dos negros nas empresas com até quatro funcionários amplia-se para 12,8% e a participação nos estabelecimentos de 250 a 499 empregados amplia-se para 20,6%.

O gráfico 11 mostra esses resultados.

**GRÁFICO 11**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por gênero e tamanho de estabelecimento**  
**RMC, 2002 e 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
 Elaboração: DIEESE

Como foi possível notar, a participação dos negros varia bastante de acordo com a faixa etária, grau de escolaridade, setor de atividade e tamanho de estabelecimento. Resta agora analisar a relação entre os salários dos negros e dos brancos para constatar se existem, assim como no caso de homens e mulheres, diferenças significativas.

Analisando-se a remuneração média em salários mínimos dos brancos e negros por setor de atividade e por tamanho de empresa, notam-se algumas distinções importantes. Em 2002, o salário médio dos negros mostrou-se 28,1% inferior ao salário dos brancos, percentual que se elevou em 2008 passando para 29,4%.

Dentre os setores de atividade, o que apresentou maior disparidade salarial foi o setor de serviços industriais de utilidade pública em que os negros recebem, em média, menos da metade dos salários dos brancos (58,1% em 2002 e 55,7% em 2008). Já a menor diferença salarial foi verificada, em 2002, na construção civil, onde os negros recebem, em média, 6% a menos que os brancos. Em 2008, o setor extrativo mineral apresentou um salário médio e 12,9% superior dos

negros em relação ao salário médio dos brancos. Esse foi o único caso em que o salário dos negros mostrou-se superior.

Em relação ao tamanho de estabelecimento, a maior disparidade foi encontrada, em 2002 nos estabelecimentos de 500 a 999 vínculos ativos (38,2%) e a menor foi encontrada nos estabelecimentos com até quatro vínculos ativos (10,9%). Em 2008 a maior disparidade ocorreu nos estabelecimentos com 1000 ou mais empregados (41,5%) e a menor nos estabelecimentos com até quatro vínculos (8,7%) A Tabela 8 mostra as demais relações.

**TABELA 8**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por raça e tamanho de estabelecimento**  
**RMC, 2002 e 2008**

Setor de atividade e tamanho de estabelecimento	2002				2008				Dif. relação salarial (2008-2002)
	Branca (A)	Negra (B)	Total	(B)/(A)	Branca (A)	Negra (B)	Total	(B)/(A)	
Extrativa mineral	4,5	3,7	4,4	(17,6)	4,8	5,4	5,4	12,9	(30,6)
Indústria de transformação	6,9	4,7	6,8	(32,7)	5,6	3,9	5,4	(31,0)	(1,7)
Serviços industr de utilidade pú	9,0	3,8	8,0	(58,1)	7,5	3,3	6,3	(55,7)	(2,3)
Construção civil	3,8	3,6	3,8	(6,0)	3,9	3,3	3,7	(13,8)	7,8
Comércio	3,6	3,0	3,5	(15,0)	2,9	2,4	2,8	(18,6)	3,7
Serviços	5,1	3,8	5,4	(27,2)	3,9	2,7	4,0	(30,8)	3,6
Administração pública	5,6	5,0	9,2	(10,9)	4,9	3,8	7,3	(23,3)	12,4
Agropecuária	2,5	2,0	2,4	(21,2)	2,2	1,8	2,1	(19,3)	(2,0)
Até 4 vínculos ativos	2,7	2,4	2,7	(10,9)	2,2	2,0	2,1	(8,7)	(2,2)
De 5 a 9 vínculos ativos	3,2	2,8	3,2	(13,0)	2,6	2,2	2,5	(14,4)	1,4
De 10 a 19 vínculos ativos	3,8	3,0	3,8	(21,1)	3,0	2,4	2,9	(19,9)	(1,1)
De 20 a 49 vínculos ativos	4,4	3,4	4,3	(22,0)	3,4	2,6	3,3	(23,6)	1,6
De 50 a 99 vínculos ativos	5,2	3,8	5,1	(28,0)	4,0	2,9	3,8	(26,8)	(1,1)
De 100 a 249 vínculos ativos	6,3	4,4	6,1	(30,4)	4,8	3,1	4,5	(34,9)	4,5
De 250 a 499 vínculos ativos	6,6	4,3	6,3	(35,2)	5,0	3,3	4,8	(35,1)	(0,1)
De 500 a 999 vínculos ativos	8,7	5,2	8,3	(39,7)	5,6	3,5	5,1	(36,8)	(2,9)
1000 ou mais vínculos ativos	7,8	4,8	9,4	(38,2)	6,8	4,0	7,2	(41,5)	3,3
Total	5,4	3,9	5,7	(28,1)	4,3	3,0	4,4	(29,4)	1,2

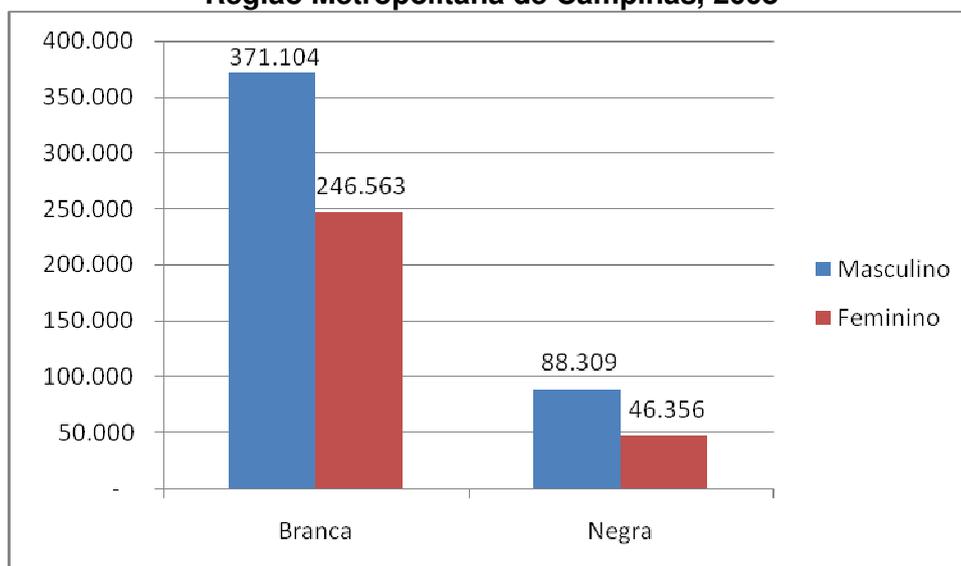
Fonte: RAIS/MTE  
Elaboração: DIEESE

### 3.3 Inserção das trabalhadoras negras

A situação dos trabalhadores fica mais desfavorável quando se unem as características que sofrem maior discriminação, ou seja, trabalhadoras mulheres e negras.

Na Região Metropolitana de Campinas, as mulheres representam 40% dos trabalhadores formais. As trabalhadoras negras são apenas 14,1% do total de trabalhadoras e 5,6% do total de trabalhadores formais (46.356 trabalhadoras). Esses dados mostram que a participação da mulher negra no mercado de trabalho formal é muito baixa na RMC (Gráfico 12).

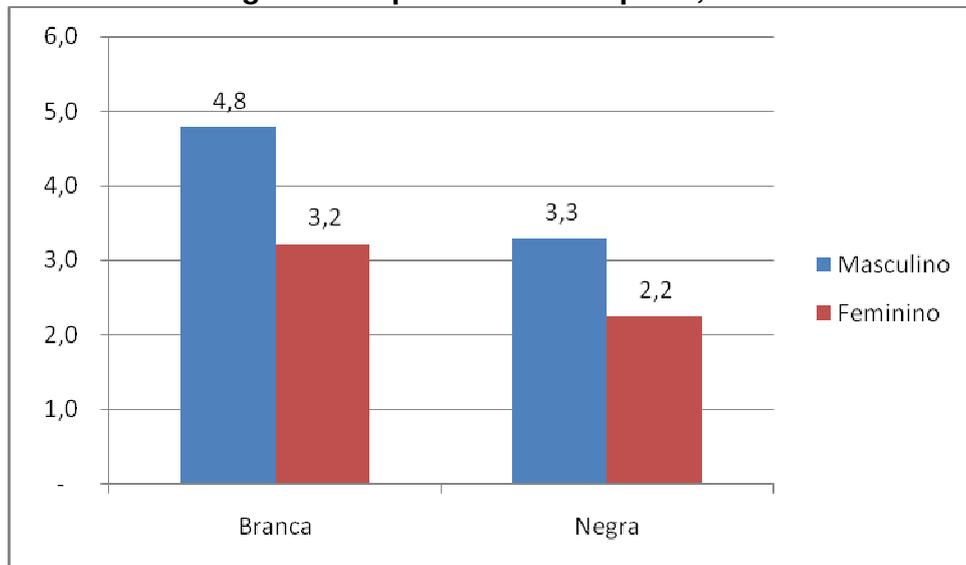
**GRÁFICO 12**  
**Distribuição dos trabalhadores formais por gênero e raça**  
**Região Metropolitana de Campinas, 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
Elaboração: DIEESE

A situação fica ainda mais desigual quando se analisa o rendimento auferido pelas trabalhadoras negras. Em 2008, enquanto os homens brancos auferiam um rendimento médio de 4,8 salários mínimos, os negros recebiam apenas 3,2 salários mínimos. As mulheres brancas recebiam um pouco mais que os negros, 3,3 salários mínimos e as mulheres negras recebiam em média apenas 2,2 salários mínimos. Isso corresponde a menos da metade do rendimento médio auferido pelos homens brancos (Gráfico 13).

**GRÁFICO 13**  
**Rendimento médio em salário mínimo dos trabalhadores formais por gênero e raça**  
**Região Metropolitana de Campinas, 2008**



Fonte: RAIS/MTE  
Elaboração: DIEESE

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados mostraram que, no caso das mulheres, tanto para o Brasil quanto para a Região Metropolitana de Campinas, apesar de algumas conquistas no que se refere à inserção no mercado de trabalho, ainda hoje elas apresentam taxas de participação e de ocupação inferiores às dos homens, mas apresentam taxas de desemprego superiores. Isso indica que ainda existe desigualdade no acesso delas ao mercado de trabalho, que não pode ser decorrente de outro fato além da discriminação, dado que a escolaridade das mulheres é superior à dos homens. Ademais, quando conseguem uma inserção ocupacional, recebem salários inferiores aos dos homens.

No caso dos negros a situação é um pouco distinta. Tanto no Brasil quanto na Região Metropolitana de Campinas os negros apresentam taxas de participação e ocupação muito próximas, mas a taxa de desemprego é maior para os negros, o que também indica desigualdade. Diferente do Brasil, a RMC apresenta uma população de negros inferior à de brancos, o que se reflete na participação de negros no mercado de trabalho formal. Assim como no caso das mulheres, quando eles se inserem em alguma ocupação, seus salários mostram-se inferiores aos dos brancos.

No caso das mulheres, apesar de a escolaridade delas ser mais elevada que a dos homens, ainda existe a questão da discriminação. Ainda há a imagem de que a mulher deve ficar em casa cuidando dos filhos enquanto o homem fica responsável pelo provento da família. Essa imagem já se reduziu bastante, mas ainda existe.

No caso dos negros entra, entre outros fatores, a questão do acesso à educação. Eles ainda possuem um acesso mais restrito à educação, principalmente superior, o que se reflete na inserção ocupacional.

Em suma, ao longo das últimas décadas, a participação das mulheres e de negros no mercado de trabalho tem se ampliado, mas ainda persistem as desigualdades. O que não tem se alterado são as diferenças salariais. Homens brancos recebem em média mais que os negros e as mulheres, e muito mais que as mulheres negras. Portanto, ainda há um longo caminho a se percorrer no que se refere à discriminação de gênero e raça.

Em busca de uma sociedade e de um mercado de trabalho mais justo, é preciso levar em conta essas distinções na elaboração de políticas públicas, inclusive nas políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. **Desigualdades e Discriminação de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro e suas Implicações para a Formulação de uma Política de Emprego**. Seminário Nacional: Política geral de emprego: Necessidades, opções, prioridades, OIT, Brasília, 9 e 10 de dezembro de 2004.

ALVES, J. E. D. **Articulando Trabalho e Gênero**. Revista Brasileira de Estudos da População. v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

DIEESE. **Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho**, 2000. Disponível em <http://www.dieese.org.br/esp/negro.xml>

MTE. **Bases estatísticas RAIS/CAGED**. Disponível em <http://www.mte.gov.br>